



DIÁRIO ELETRÔNICO DA JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO
Ano XIV – nº 298 – Porto Alegre, segunda-feira, 09 de dezembro de 2019

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

PUBLICAÇÕES ADMINISTRATIVAS

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE FLORIANÓPOLIS

SECRETARIA ADMINISTRATIVA

PORTARIA Nº 1485/2019

Dispõe sobre a interpretação de cláusulas relativas às penalidades fixadas nos contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra

O JUIZ FEDERAL DIRETOR DO FORO DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições;

CONSIDERANDO o poder-dever do Administrador Público de aplicar as penalidades previstas na legislação de regência, nos instrumentos convocatórios e nos contratos;

CONSIDERANDO que a aplicação das penalidades deve ser feita de forma unificada, resguardando a Administração, sem extrapolar o contratado;

CONSIDERANDO as dúvidas suscitadas acerca da melhor interpretação de cláusulas de penalidades, em especial as que se referem à base de cálculo do valor da penalidade, quando o contrato estabelece percentual "aplicável sobre o valor da parcela inadimplida";

CONSIDERANDO a existência da Decisão 4590295, que já vem sendo utilizada como fundamento para a interpretação da base de cálculo das multas por falta de pagamento e comprovação tempestivos das obrigações trabalhistas e previdenciárias,

RESOLVE:

Nos procedimentos de apuração e aplicação de penalidades relacionadas a contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra

Art. 1º - A base de cálculo das multas por falta de pagamento e comprovação tempestivos das obrigações trabalhistas e previdenciárias, será o valor indicado na planilha de custo e formação de preços no *Módulo 1 - Composição da Remuneração*, observada a proporcionalidade, na hipótese de o trabalhador não laborar todos os dias do mês.

Art. 2º - Quando houver pagamento parcial de verbas trabalhistas e previdenciárias, entender-se-á por parcela inadimplida o valor correspondente à diferença entre o valor devido pela empresa e o valor comprovadamente pago.

Art. 3º - Quando houver comprovação de pagamento realizado com dias de atraso: a) em se tratado de verba individualizada, será considerado o valor indicado na planilha de custo e formação de preços no *Módulo 1 - Composição da Remuneração*, observada a

proporcionalidade dos dias de atraso; b) em se tratando de apresentação das guias de recolhimento do FGTS, INSS e SEFIP, será considerado o somatório das remunerações, observada a proporcionalidade dos dias em atraso.

Art. 4º - Nos contratos em que o item corresponder a mais de uma Subseção Judiciária, será considerado como valor mensal para base de cálculo o correspondente à Subseção Judiciária em que incorrido o descumprimento contratual.

Art. 5º - As notificações a serem encaminhadas às empresas contratadas deverão ser claras, objetivas, explicitando o fato concreto ocorrido, evitada a indicação genérica a documentos constantes dos autos. Fica dispensado o apontamento da cláusula de penalidade correspondente e da respectiva memória de cálculo, que somente serão apurados quando da realização da Instrução de Penalidade.

Art. 6º - As disposições da presente portaria deverão ser observadas na elaboração dos novos editais para contratação de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

Art. 7º Esta Portaria revoga as disposições anteriores que lhe sejam conflitantes e entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.



Documento assinado eletronicamente por **Alcides Vettorazzi, Juiz Federal Diretor do Foro da Seção Judiciária de Santa Catarina**, em 05/12/2019, às 17:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php> informando o código verificador **4950636** e o código CRC **B1E58230**.